



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**EDUCAÇÃO INFANTIL E DEFICIÊNCIA FÍSICA:
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOCENTE EM ESCOLAS DE REDENÇÃO (CE)**

MARIANY NOBRE GOMES

**REDENÇÃO-CE
2024**

MARIANY NOBRE GOMES

**EDUCAÇÃO INFANTIL E DEFICIÊNCIA FÍSICA:
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOCENTE EM ESCOLAS DE REDENÇÃO (CE)**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção da aprovação no curso de Humanidades, tendo como orientadora a Profa. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini

REDENÇÃO
2024

MARIANY NOBRE GOMES

**EDUCAÇÃO INFANTIL E DEFICIÊNCIA FÍSICA:
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOCENTE EM ESCOLAS DE REDENÇÃO (CE)**

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. Fatima Maria Araújo Bertini

Orientadora
(UNILAB)

Professor Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante

Examinador
(UNILAB)

Professora MS Sílvia Heleny Gomes da Silva

Examinadora
(UFC)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. TEMA	7
3. OBJETIVOS	7
3.1 Objetivo Geral	7
3.2 Objetivo Específico	7
4. JUSTIFICATIVA	7
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
6. METODOLOGIA	16
6.1 Método	16
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
8. REFERÊNCIA	19

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é um estudo que busca analisar a percepção docente na educação infantil acerca da deficiência física nas escolas no município de Redenção, Ceará. Do mesmo modo, com o objetivo de explorar as condições de acessibilidade para crianças com deficiência física nas escolas investigadas, propõe-se observar se o tema da deficiência física na educação infantil já foi abordado na escola pesquisada, bem como, identificar nas escolas se há uma política institucional relativa à deficiência física.

O interesse por pesquisar tal questão surgiu a partir da minha vivência na escola de ensino fundamental no interior de Aracoiaba, Ceará, onde ocorreu a maior parte da minha vida estudantil em ensino básico. Algumas experiências me fizeram refletir acerca da profissão docente e a deficiência física, pautadas também na acessibilidade desses estudantes. Era explícito a falta de acesso à educação para essas crianças com deficiência naquele interior. Uma escola que não havia estruturas para recebê-los, nem a destinação de um professor ou professora que tivesse uma dedicação exclusiva para tais alunos.

Uma experiência marcante para mim foi ter observado o esforço de uma professora que se deslocava todos os dias com seu próprio transporte até a casa da criança que era paraplégica e necessitava do uso de cadeira de rodas, e também retornava com a mesma no final de suas aulas. Encarregava-se da melhor abordagem pedagógica centrada no aluno, todo apoio e dedicação, além, de uma atenção e percepção das suas necessidades, que, muitas vezes, sozinha desempenhava.

Tudo isso com o intuito da permanência, inclusão e garantia de ensino para aquela criança, mesmo quando a própria escola não era favorável e conveniente a essa condição. Em função disso, pude perceber o impacto significativo de um bom professor na vida de um estudante com alguma deficiência física. A contribuição para o seu desenvolvimento social, emocional e estudantil, o quanto a educação inclusiva proporciona diversos benefícios tanto para os alunos com deficiência física quanto para os sem deficiência, benefícios esses, muitas vezes, decisivos, que ressaltam a importância da valorização das diferenças, e a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e empático.

Desse modo, essa experiência me conduziu a investigar essa relação da percepção docente e as crianças com deficiência física na educação infantil considerando a importância da temática para promover ações práticas educacionais mais eficazes e inclusivas. Refletir sobre a visão que esses professores têm sobre a deficiência física na educação infantil, se torna extremamente crucial para que futuramente possamos ter subvenções de como prosseguir e elucidar com o que ocorre na educação inclusiva nesses espaços. Dessa forma me veio o seguinte questionamento: será que a percepção docente está, de algum modo, influenciando positivamente a vida estudantil dessas crianças ou essa atuação não afeta diretamente em nada nessas trajetórias? É necessário aprofundar sobre os desafios e estratégias também adotadas pelos docentes para promover essa inclusão. Evidentemente, os avanços na área têm contribuído para essa reflexão, mas ainda persistem os desafios como: a falta de capacitação dos docentes, a adequação do espaço físico e a falta de recursos específicos para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Nessa mesma perspectiva, exercer um trabalho para que o ambiente escolar seja um lugar livre de preconceitos por parte dos colegas da criança, é imprescindível. Ensinar que o diferente é apenas uma singularidade especial e que o respeito deve prevalecer em todo e qualquer lugar, perpetua pro resto da vida estudantil e pessoal dessas crianças. Piaget (1992) dizia que a diferença tinha algumas funções e que uma delas era convidar o ser a tomar consciência. Andrea Davis, em seu trabalho **“Inclusão de crianças com deficiência física no ambiente de escolas infantis”** (2008, p.22) frisa que, “Construir uma escola inclusiva significa desenvolver um ambiente onde as semelhanças e diferenças convivem horizontalmente com o auxílio do respeito e da aceitação”.

Percebi, desse modo, que professores que compreendem a necessidade e não só apenas a importância da diversidade para o ensino-aprendizagem desempenham um importante papel na construção de todos os contextos possíveis, e também, inimagináveis no ensino. Mas, que, infelizmente, se tornam indícios esporádicos na história da educação brasileira.

Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ de 2021, menciona que, 8,4% da população brasileira acima de 2 anos, no que se refere 17,3 milhões de pessoas, possui algum tipo de deficiência. A pesquisa descreve que 7,8 milhões, ou 3,8% da população acima de dois anos, apresentam deficiência física nos membros inferiores, enquanto

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-mais-de-17-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge/>

2,7% das pessoas têm nos membros superiores. Já 3,4% dos brasileiros possuem deficiência visual; e 1,1%, deficiência auditiva.

Esse estudo do IBGE ainda obteve que mais de 68% da população com deficiência física não concluiu o ensino básico, discorrendo desse modo, a insuficiência de instrução, bem como, a desigualdade no nível de escolaridade. A falta de oferta de acessibilidade, e de recursos especiais que, muitas vezes, estão relacionadas às variações de especificidades de cada pessoa, considerando o imenso conjunto de condições, cenários e circunstâncias, a adaptação e compreensão de políticas pedagógicas para facilitar as demandas diversificadas desse público, a falta de adaptações curriculares, formação continuada dos professores, tecnologias assistivas e parcerias com profissionais especializados, tudo se tornam entraves, que contribuem para a dificuldade encontrada por esses alunos com deficiência física, no processo de escolarização.

Nesse sentido, Abramowicz, Rocha e Cunha (2002) apud Ferreira e Melo (2009, p.130): afirmam que, para que a inclusão escolar de crianças com deficiência se concretize na Educação Infantil, são necessários investimentos em programas de formação de professores, com vistas a prepará-los para receber esses alunos na rede regular de ensino.

Assim sendo, também se faz necessário investigar como o docente da educação infantil lida e encara a deficiência física, como também analisar se essa temática já foi ou é abordada nas escolas, e quais as ações estratégicas que envolvem o combate à exclusão dessas crianças no ensino básico regular. Além de analisar como a relevância do seu papel impacta diretamente na promoção de um ambiente inclusivo e na vida e aprendizado desses estudantes.

Pretende-se ainda, analisar duas escolas de primeiro e segundo ano na educação infantil em Redenção,. A metodologia de pesquisa adotada será de cunho qualitativo em forma de entrevista que permite a melhor compreensão e coleta de dados para a investigação e que busca proporcionar de modo mais aprofundado a percepção docente, levando em consideração a subjetividade e complexidade da temática. Dessa forma, entender os detalhes das informações levantadas se torna crucial para atingir tais objetivos.

Ao projetar tal debate, esta pesquisa se caracteriza como relevante em decorrência da ausência de estudos pautados para a referenciada temática no município citado. Busca, contudo, instigar outras pesquisas, estudos, debates e diálogos sobre o tema em questão, alertar para a promoção de políticas institucionais nas escolas de educação infantil, pretendendo sempre compreender aprimoradamente a percepção dos professores. Do mesmo modo, instigar

melhorias e avanços no que diz respeito à deficiência física e o direito à aprendizagem dessas crianças no ensino infantil sob esse olhar, suas perspectivas, compreensão, benefícios e adversidades encontradas nesse meio.

2. TEMA

Educação infantil e deficiência física: análise da percepção docente em escolas de Redenção (CE).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Investigar a percepção docente acerca da deficiência física na educação infantil nas escolas de Redenção (CE)

3.2 Objetivo Específico

- Descrever as condições de acessibilidade para crianças com deficiência física nas escolas investigadas;
- Verificar se o tema da deficiência física na educação infantil já foi abordada na escola pesquisada;
- Entender nas escolas estudadas se há uma política institucional relativa à deficiência física.

4. JUSTIFICATIVA

Diante de vastos cenários de descaso para com a educação infantil brasileira, percebe-se, atualmente, um movimento e interesse considerável em escolas para garantir o acesso livre com possibilidades de um ensino inclusivo. Desde então, são debatidas as diferentes necessidades educacionais dessas crianças, para a efetuação de uma escola para todos. No Brasil é bastante claro que a educação deve ser considerada o princípio da equidade, de uma escola de todos e para todos, de modo que as necessidades especiais dos alunos devem ser

observadas e respeitadas, proporcionando a eles o apoio e sustentação necessários para oportunizar as ações pedagógicas em ambientes comuns de ensino (Leite; Martins, 2012).

Quando se é mencionado essas deficiências no âmbito estudantil, é perceptível uma carência de facilitadores para a inserção de alunos com deficiências físicas e/ou mobilidade reduzida nas escolas de ensino básico brasileiras, tornando, assim, um agravante a permanência destes na escola. As instituições por sua vez, não devem se resumir somente a rampas para denominar uma escola como sendo “escola inclusiva”, ou, “escola para todos”, afinal, o acesso a esse paliativo não garante o alcance legítimo para um instituto completamente centrado no bem estar e aprendizagem das PCDs (Pessoas com Deficiência). A acessibilidade para esses estudantes vai além desses elementares, que sim, são imprescindíveis, mas não mantêm e não asseguram todos os seus direitos. Contudo, esses fatores precisam ser contornados.

No decreto n 3.298 de 1999, é possível encontrar o termo deficiência física que nos ajuda a entender e diferenciar algumas especificidades de acordo com a legislação brasileira:

Art. 4a – Deficiência Física – alteração completa ou parcial e uma ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentado sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplesia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênitas ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999, p.23).

É incontestável a importância da educação infantil de qualidade para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais, e, por lei, garantida. De acordo com a lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Do direito à educação, Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015, p.12)

Assim sendo, a função do professor também se encarrega de responsabilidades, tanto para compreender as necessidades de seus alunos, quanto para intervir com seu apoio e conhecimento. Com isso, a sua formação profissional adequada, atribui um grande peso a essa

jornada na vida das crianças com deficiência física. Alguns pontos pertinentes devem ser levados em consideração para certificar o bem estar e melhores condições para a acessibilidade, a inserção, participação e permanência dos alunos na educação infantil, por isso a indispensabilidade de abordar tamanha discussão.

O interesse por essa pesquisa também surgiu pela atribuição de algumas questões a serem trabalhadas e debatidas, sendo a principal delas, evidenciar os conceitos dos docentes acerca da deficiência, bem como, da introdução dessas crianças no âmbito escolar. Caracterizar os valores e alcance que essa temática requer é de extrema importância para que seja cada vez mais investigada e estudada, pois engrandece o conhecimento de também futuros professores e auxilia no processo de seus ensinamentos, preparando-os para a prática educativa e contribuindo para a valorização da criança como ser pensante e atuante, independentemente de suas condições físicas, com a finalidade de romper os estereótipos e concepções errôneas desses estudantes no ensino infantil, também oportunizar um ambiente acolhedor e distante de desigualdade.

Em decorrência disso, a importância e relevância dessa temática está inteiramente associada aos benefícios que pesquisas nesse campo podem favorecer e destacar a educação para crianças com deficiência nas escolas. De tal forma, expor a visão docente entorno dela também se faz necessário, visto que, há perceptível dificuldade de encontrar pesquisas acadêmicas a respeito da percepção do professor atuante acerca da deficiência física nas instituições de ensino em Redenção (CE), o que viabilizou a elaboração de um trabalho de conclusão de curso no tema em questão.

Segundo, (Mantoan, 2003, p.43) “Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”. Ou seja, por parte do professor, estar atento para fazer as adaptações necessárias, planejamentos, buscar novos meios para inserir aquele estudante, e mantê-lo em igualdade em sala juntamente com os demais colegas, todas essas questões quando aplicadas, estão a favor do professor, pois mostra interesse em aprender o novo, mostra empatia e a responsabilidade com sua profissão, evidência a honestidade em saber que é necessário se aperfeiçoar no conhecimento, para investir cada vez mais nesses novos educacionais, mesmo porque, em aprender o novo e aplicá-lo, se aprende duas vezes. No mesmo viés, a autora, e também pedagoga, relata a necessidade

de preparar profissionais para a transformação da escola, na ideia da abertura das diferenças para um ensino básico de qualidade:

Se, de um lado, é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, de outro, não se pode descuidar da realização dessa formação e deve-se estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem, para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também a como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais (Mantoan, 2003, p.43).

Outrossim, o primeiro contato da criança depois de sua linha familiar é na educação infantil, ou seja, seu segundo vínculo na parte de aprendizagem, é partir dessa outra linha que acontece no desenvolvimento dela para a vida adulta, justamente nesse contato com a escola que vai se construindo sua base, o seu desenvolvimento entre relações sociais e principalmente afetivas, com isso, a relevância de investir em uma educação inclusiva e igualitária, para formar crianças com valores e transformar uma sociedade que foi corrompida a muito tempo.

Figueiredo (2000), Ferreira e Melo (2009, p. 122) afirma que, a educação infantil é a porta de entrada para inclusão escolar, sendo este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade, sem a preocupação permanente de ter um currículo para cumprir, e a escola deve ser um apoio e não o maior agravante para essa evolução/desenvolvimento dos indivíduos.

Conforme diz Tessaro, (2005 p.42):

“Ser deficiente físico não significa ser incapaz, significa apenas algumas limitações que se intensificam devido às dificuldades impostas ao deficiente, as quais quase sempre limitam suas possibilidades, prejudicando sua interação e desenvolvimento como um todo”.

Sendo assim, o educador infantil deve atentar-se a todas as especificidades dessas crianças, bem como, os aspectos que giram em torno da aprendizagem e desenvolvimento, o que pode incluir a criação de planos de ensino individualizados (PEIs), e a implementação de métodos eficazes que garantam sua mobilidade, e atendam suas necessidades educacionais.

Quando pensamos em adequar um espaço, estamos falamos tanto no imaterial, quanto no físico do ambiente. O educador poderá colaborar com a escola para as devidas alterações, principalmente a respeito das mudanças em sala de aula. Uma sala de aula em geral deve ser direcionada de uma forma na qual o professor tenha acesso total aos alunos, com as crianças deficientes físicas a atenção voltada a elas tem que ser maior, a organização deve ser

modificada pensando nela em primeiro plano, isso implica muitas vezes a modificação de mobiliário, projeção de rampas, elevadores, instalação de barras de apoio, organização do ambiente, tudo para facilitar a movimentação desse estudante e assegurar o seu bem estar. Por isso a escola precisa considerar as necessidades individuais e buscar adaptar sua estrutura, de acordo com as limitações motoras ou mentais de cada indivíduo, respeitando seu ritmo de aprendizado, estado emocional e condições gerais para o aprendizado (Pereira, Gomes, Santos, 2022).

Seguindo nesse mesmo raciocínio, sabemos que chega a ser primordial a atenção e um olhar cuidadoso desses profissionais para com os alunos com deficiência física, como diz os autores nesse segmento, Ferreira e Melo (2009):

Portanto, o cuidar da criança com deficiência física assume importância vital na Educação Infantil, tendo em vista que a faixa etária das crianças nesse nível de ensino se caracteriza pela dependência na realização de várias atividades cotidianas, como também requer maior atenção, pois, devido à curiosidade própria da idade, muitas vezes encontram-se em situações de risco, necessitando que as professoras estejam todo tempo zelando por sua segurança.

Importante frisar o quanto essas crianças por si só já sofrem nas determinadas e variáveis situações por suas deficiências, na escola encontram mais empasses, se sentem sozinhas, desamparadas, muitas vezes sofrendo bullying de seus próprios colegas de sala, afetando seu estado emocional, o que acaba contribuindo para um afastamento dessa criança dos colegas, professores e do meio institucional como um todo, cooperando para mais índices de evasão escolar.

No filme “Sempre Amigos” (1998), dirigido por Peter Chelsom, conta a história de duas crianças que enfrentam o bullying na escola, e o preconceito das pessoas à volta por suas deficiências, o garoto Kevin tem dificuldade de locomoção devido a um problema de nascença nas pernas, precisando do uso de muletas, e Max com dificuldade de comunicação e aprendizado. Quando a vida dessas duas crianças se cruza, elas mostram que são muito mais fortes juntas, vivendo grandes aventuras e encarando as adversidades como grandes amigos. Essa obra retrata perfeitamente o que as crianças com deficiência sofrem durante toda a sua jornada na escola. Também traz a reflexão que, ter alguém com quem contar e confiar te leva mais longe, e, sobretudo, podem evitar lamentáveis conjunturas, como, evasão escolar, suicídio, ansiedade e depressão.

Por tanto, o docente pode exercer na vida dessas crianças essa função de parceiro, agindo com atenção e cuidado. O olhar do docente pode “salvar” a vida estudantil de uma criança com deficiência física, e foi isso que tanto me atraiu para essa temática. Poder desenvolver e contribuir com um papel tão importante e necessário como o dessa professora que mencionei a princípio, que se configura como um amigo no filme, eleva o empenho desses estudantes, e podem garantir a permanência, mas acima disso, um ensino de qualidade, a partir dos gestos significativos que foram refletidos para esses indivíduos.

Diante dessas questões, percebe-se que há algumas consequências negativas que a falta de reflexão sobre o assunto abordado pode causar, considerando o grande aumento de crianças com deficiências nas escolas de ensino infantil atualmente. Os dados são de análises do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).² Em comparação com o ano anterior, na educação infantil, o número de crianças com deficiência cresceu 63,56%. No ensino fundamental, 8,84%, e no ensino médio 17,49%. O estudo ainda coletou que existem um milhão de alunos com deficiência matriculados no ensino básico, e que as escolas brasileiras pecam quanto à inclusão dos PCDs (Pessoas com Deficiência), no que se refere à infraestrutura. São 47.933 instituições de ensino que não possuem qualquer tipo de item de acessibilidade, como: rampas, corrimões, elevadores, pisos táteis ou sinais sonoros. Esse número corresponde a 26,9% do total de escolas brasileiras.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No artigo **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola**, as autoras Eliza Sousa e Helenice Tavares falam sobre a dificuldade de inserção das crianças com deficiência nas escolas, visto que muitas instituições não estão sendo preparadas adequadamente para recebê-las. Ou seja, uma grande luta para a adaptação que favoreça esses alunos. Esses empasses estão, também, associados às práticas pedagógicas e o acesso de muitos docentes. As autoras questionam ainda, se as famílias e essas mesmas instituições estão habilitadas para garantir o desenvolvimento pleno e a escolarização das crianças com deficiência física no ensino infantil.

² <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/escolas-brasileiras-nao-sao-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia/>

Importante frisar o papel da família nessa etapa estudantil, pois é perceptível que esta dúvida persiste do mesmo modo com os pais e familiares dessas crianças. Eles sentem medo e não sabem o que os filhos podem encontrar no ambiente escolar, por isso, muitas vezes privam seus filhos, tentam por meio de aulas particulares em casa, ou os destinando a escolas especiais, presumindo ser para o bem deles, dificultando assim, um dos meios mais eficientes para uma criança obter a devida socialização e integração, com a sociedade. Em casa, esses pais e familiares também encontram empecilhos, a falta de estrutura adequada para lidar com seus filhos, e que esperam encontrar na escola, uma “válvula de escape”, um ambiente com pessoas que possam oferecer o melhor para eles, mas, por muitas vezes não encontram. Com isso, resulta que muitas crianças não vão à escola pela falta dessa acessibilidade e amparo.

Revelando a importância da ligação entre escola e família o artigo nomeado, “**A importância da relação afetiva entre a escola e a família**”, de José Souza e Maria Pereira os autores abordam que, “Dessa forma, falar de afetividade no ambiente educacional e familiar é imprescindível, no intuito de estabelecermos uma busca por soluções que visem à superação do problema detectado que possibilitou trabalhar.” (p. 8)

Partindo da mesma argumentação, o escritor Rabêllo (2009), cita a necessidade de políticas educacionais mais democráticas. Buscando as reformulações de currículos, a formação de professores e rever formas de avaliação. Defendendo que, o foco da inclusão desses alunos é inteiramente de socialização e educação efetiva, criar um local de oportunidade igual para todos. Ajudar os alunos a comandar suas habilidades e aptidões indispensáveis, tanto dentro da escola, como fora dela, para sua vida futura. Rabêllo ainda destaca a relevância do professor:

Sabemos que a maneira como o professor dinamiza a relação entre alunos em sala de aula passa por um trabalho de quebra de barreiras atitudinais, que envolve a consciência/vivência de princípios, tão divulgados em documentos internacionais (Salamaca/Guatemala), como os de igualdade de oportunidades, de respeito à diversidade, de solidariedade e acolhimento, de cooperativismo, de pedagogia centrada na criança, de individualização do ensino, de parceria: pais e comunidade, de educação como direito de todos. (Rabêllo, 2009, p. 352)

De modo semelhante, Silva e Aguiar (2021) discutem a relevância do professor na vida dos educandos. Ressaltam o importante papel no desenvolvimento da trajetória de aprendizagem, bem como, todo o corpo docente da instituição e colegas de sala, serão primordiais nesse processo. Retratam o docente como mediador da relação do estudante com o conhecimento. E frisam que a boa relação entre ambos no contexto da educação inclusiva, traz

uma maior integração do educando tanto com a classe, como a sociedade como um todo. No entanto, é visível que muitas vezes, a prática é distorcida nesse meio. Mas sabemos como a falta desse bom relacionamento pode afetar diretamente a vida dessa criança com deficiência física, como a insuficiência de modos de monitoramento e triagem, a busca pela integração entre as partes de interesse, e primordialmente, a inexistência de sensibilidade e amparo de alguns profissionais docentes.

Apoiando-se nos pressupostos de Vigotski (1995, 2000), da perspectiva histórico-cultural, do modo que ocorre o desenvolvimento humano e a aprendizagem das crianças com deficiência, o autor discorre que: “Um defeito não é apenas uma desvantagem, um déficit ou uma fraqueza, mas também uma vantagem, uma fonte de força” (Vigotski, 1997, p.56). Relata também que, para que a criança esteja totalmente integrada, ela tem que estar ligada essencialmente ao meio social, para seu desenvolvimento e aprendizagem. Para ele, o desenvolvimento da criança é um processo pelo qual deve-se trabalhar em conjunto. “Incluir representa muito mais do que inserir fisicamente pessoas deficientes no ensino regular ou em um ambiente comum, a inclusão implica em dar outra lógica à escola, isto é, pensar em uma escola que não deixe nenhum aluno de fora.” (Tessaro, 2005).

Seguindo essa narrativa de inclusão, Carolina dos Santos Machado (2020), no artigo **A inclusão escolar do aluno com deficiência física**, evidencia a importância da percepção docente para o aluno com deficiência física em sala de aula, levando em consideração a singularidade de cada estudante, a autora salienta que o aluno com deficiência física pode apresentar mais alguma outra deficiência, como podemos ver de acordo com a legislação, algumas das deficiências físicas podem vir agregadas de outras dificuldades, seja sensorial ou intelectual e o aluno pode mostrar necessidades diferentes.

Isso revela muito das particularidades de cada criança com necessidades especiais, muitas vezes o professor se depara com a deficiência física da criança, e pode não se dar conta da complexidade de outras características específicas que ela carrega. Por isso, o professor tem que estar preparado profissionalmente e psicologicamente para exercer um bom trabalho e agregar valor em sala de aula.

Quando lembramos de incluir as PCDF (Pessoas com Deficiência Física) nas atividades físicas na escola, nas práticas em sala de aula com os professores, podemos salientar o que argumenta Gleiciane Souza (2017), em seu artigo **“Inclusão dos alunos com deficiência física**

nas aulas de educação física”. O mais importante é que as estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem ofereçam ao aluno a oportunidade dele se perceber na individualidade e no grupo, permitindo-o a identificar as suas habilidades em diferentes situações. A autora também discorre sobre a metodologia de ensino como sendo um fator crucial para influenciar na propriedade das aulas, e conseqüentemente, na colaboração e interesse dos alunos nas atividades.

Outrossim, Sant’Ana (2005) apresenta conceitos e teorias que se relacionam e ajudam a esclarecer o ponto central da pesquisa em questão. Em um de seus estudos sobre a concepção de docentes e do corpo estudantil sobre a educação inclusiva dessas crianças, alguns empecilhos encontrados estão associados a falta de formação especializada dos docentes, assistência técnica na escola para as classes regulares nas quais esses discentes estão enquadrados. Determinadas propostas foram ressaltadas de acordo com esses pareceres, como por exemplo, a infraestrutura, que muito se é mencionado nesse projeto, suporte da família e da comunidade como um todo, a formação continuada e recursos pedagógicos adequados.

Seguindo a intenção de buscar cada vez mais alavancar essa temática da deficiência física nas escolas de ensino infantil, é viável destacar a ação que deveria ser caracterizada no Plano Nacional de Educação, que é a busca para parcerias com as instituições de ensino superior para a efetuação de estudos e pesquisas que se relacionam com a realização de palestras e eventos que discutam a temática, sem esquecer do apoio de outros órgãos interinstitucionais na área da saúde. Estabelecer parcerias com fisioterapeutas, psicólogos, e assistência social, para o bem comum dessas crianças.

Para tal eficácia, a utilização de instrumentos para facilitar a comunicação entre profissional da saúde, educador e escolar é essencial e deve estar inserida no processo terapêutico, pois, irá repercutir na qualidade do atendimento, garantia do direito à saúde ao indivíduo, como também uma forma de acolhimento e promoção da saúde dos envolvidos. Nesse contexto, a elaboração de tecnologias é primordial para mediar essa relação, ocasionado em diversos benefícios tanto para os profissionais (saúde e educacional) e alunos com diversidade funcional. Oliveira (2020), Moura, Lima, Gomes, Silva e Bezerra (2020).

Desse modo, pensando em diferentes perspectivas teóricas sobre o tema e a necessidade de trazer e discutir diferentes implicações para a referenciada pesquisa, questões atuais podem ser levantadas, dentre as quais: Esses alunos devem ser inseridos nas escolas regulares, ou nas

especiais? inclusão ou exclusão? Como os professores pensam a partir desses questionamentos? Para respondermos a essas perguntas, os autores, Marchesi e Martín (1995) dizem que, ao inserir essas crianças na escola regular, estão forçando uma exposição totalmente desajustada, colocando a integração como o fim dela mesmo com o propósito que apenas os alunos fiquem juntos em uma mesma escola, “o objetivo principal de toda esta dinâmica não é a integração, mas, sim a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais” (Marchesi; Martín, 1995, p. 15). Ainda expõem que o professor da escola regular de certo modo, transfere a responsabilidade de ensino e aprendizagem para o professor especializado. Mesmo assim, precisamos perceber a não necessidade de excluir ou diminuir a importância de ambos aspectos nessa jornada. Pois a educação está interligada a integração, assim como a integração está associada à educação, e se complementam. Por tudo, minimizar a integração não é o caminho mais viável para atingirmos tais objetivos educacionais.

Ainda precisamos entender o que Vigotski tanto ressalta em seus estudos. O autor, principalmente, nos esclarece a necessidade de vermos essas possíveis limitações das crianças deficientes como possibilidades a partir dos problemas delas. Desse modo, elas devem ser entendidas como um processo de desenvolvimento e mudança, e esses problemas podem ser uma mina de crescimento e descobertas, como frisa o autor:

[...] um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo. Assim, o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado, ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa. Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar a atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. Esta é uma lei geral, igualmente aplicável à biologia e à psicologia de um organismo: o caráter negativo de um defeito age como um estímulo para o aumento do desenvolvimento e da atividade. (VYGOTSKY, 1984, p. 233).

6. METODOLOGIA

6.1 Método

Este projeto será realizado do seguinte modo: primeiramente, iremos nos aprofundar em outros estudos como artigos, projetos de pesquisas e monografias sobre a temática, buscando analisar as referências nelas contidas com a finalidade de obtermos as informações exploratórias necessárias. Pretendemos, contudo, buscar obras que visem o ponto que é

substancial para a pesquisa e temática abordada. Segundamente, faremos a pesquisa de cunho qualitativo, que segundo Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa qualitativa tem como proveito, descobrir fatores que influenciam os pensamentos, sentimentos ou ações das pessoas, conhecer o sentimento da pessoa sobre o fato ou seu significado para ela, averiguar fatos ocorridos e, conhecer a opinião das pessoas sobre os fatos. Ou seja, explorar as percepções e experiências dos participantes, permitindo uma compreensão mais suntuosa, minuciosa e aprofundada.

Como técnica de coleta de dados, será utilizada a entrevista semiestruturada com os professores das duas escolas de Redenção CE. A entrevista será aberta, onde os docentes possam contar suas experiências e histórias por meio de um roteiro de perguntas com relação ao tema proposto, objetivando entender os meios de atuação dos entrevistados.

Em seguida, os dados coletados serão conduzidos para a análise de conteúdo, para assim, apresentarmos a partir das observações, investigações e gráficos, o desenlace do estudo ocorrido, ambicionando desse modo, resultados sobre a pesquisa e averiguações para o público destinado, dessa forma, dedicar-se a encorajar e estimular o pensamento coletivo centrado em possíveis modificações nas formas de ensino, adaptações em infraestrutura e novas alternativas para a acessibilidade. Enfatizar a necessidade de abordar essa temática nas escolas, como meio para a prevenção de evasão escolar, bullying nas escolas, e até mesmo suicídio. Buscar massivamente entender a perspectiva docente e dar lugar e voz ao que eles têm para expressar na concepção da educação infantil e da deficiência física. Levando em conta os danos da não discussão e debates desse compilado de questões distorcidas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente projeto de pesquisa busca-se refletir acerca da Educação Infantil e a deficiência física, tendo com o interesse a análise da percepção docente em Escolas de Redenção, no Estado do Ceará. Compreendo que este projeto seja um vislumbre de um estudo que contribuirá para a temática da inclusão das crianças com deficiência física nas escolas.

Buscamos, com isso, que esta temática seja cada vez mais abordada nas escolas para auxiliar nos processos de ensino e de estratégias metodológicas inclusivas. O interesse também é de despertar nos docentes a vontade de debater a temática da inclusão especificamente aqui pretendida da deficiência física, para a qualificação dos mesmos como professores.

Por fim, esperamos que tal futuro estudo abra os caminhos de construção de políticas públicas educacionais direcionadas para a inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil, dentre elas, crianças com deficiências físicas.

8. REFERÊNCIA

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Secretaria de Educação Especial. Lei No. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: MEC/SEE, 1999.

Brasil. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200)

Conjectura: filos. e Educ. vol.23 no.3 Caxias do Sul 2018 Epub 30-Jul-2019. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-46122018000400010&script=sci_arttext

Acesso: 08.dez.2023

Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. [4. ed.] / elaboração profª Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 98 p.: il.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

La Taille, Yves de 1951- **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão/** Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas- São Paulo: Summus, 1992. 115.

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. de O. Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola. Marília: Cultura Ac ed., 2012.

MARCHESI, Álvaro; MARTIN, Elena. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, Cesar et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-23
MARCHESI, Álvaro; MARTIN, Elena. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, Cesar et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-23

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MACHADO, Carolina Dos Santos. **Inclusão escolar do aluno com deficiência física.** Rev. Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 12, Vol. 19, pp. 84-97.

MOURA, Bárbara. LIMA, Bruna. GOMES, Betânia. SILVA, Amanda. BEZERRA, Thiago. **Práticas de saúde para estudantes com deficiência no ambiente escolar.** Rev. Educação Inclusiva - REIN, Campina Grande, PB, v.4, n.04, set./dez. - 2020, p.42-58. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA – 2020.

Olhares docentes: um estudo sobre a inclusão das crianças com necessidades educacionais específicas no contexto escolar. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.01.jan. 2022. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3768/1461> Acesso: 20.dez.2023

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** UFG, 2011. 72 p.: il.

O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.121-140, jan.-abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/fDGBRWThcds3fgVdQXp3bDN/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 15. jan.2024

Obras Completas. **Tomo Cinco: Fundamentos da Defectologia.** Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.3, p.415-428, Set.-Dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PsNC5CVH8MCHPRccP3tvKJS/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 02.jan.2024

PEREIRA, Elenice de Sousa; GOMES, Natália Reis; SANTOS, Soraya Dayanna Guimarães. **Olhar dos professores sobre o corpo do aluno com deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva.** Rev. de estudos em educação. São Paulo. v. 24. p. 1-20

PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento**. 2a Ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

RABÊLLO, RS. **A formação continuada do professor de arte na perspectiva de uma educação inclusiva**. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 347-355.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.2, p. 227-234, 2005.

SILVA, Jonathan. AGUIAR, Nathalia. **A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar**. Rev. psicol. polít. vol.11 no.22 São Paulo dez. 2011

SILVA, Jonathan. AGUIAR, Nathalia. **A importância da relação professor-aluno para o desenvolvimento do estudante com necessidades educacionais específicas na perspectiva de uma educação inclusiva**. Natal/RN: EMUFRN, 2021. p. 36 – 47. [Disponível em: https://emi.musica.ufrn.br/](https://emi.musica.ufrn.br/). Acesso: 12.fev.20

SOUSA, Eliza. Tavares, Helenice. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola**. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2015/08/ACESSIBILIDADE.pdf> Acesso: 25.jan.2024

TESSARO, N S. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VITTA, Fabiana. Vitta, Alberto. MONTEIRO, Alexandra. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.3, p.415-428, Set.-Dez., 2010

VYGOTSKY LS. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, Lev. Semionovitch. **Obras escogidas. Tomo V**. Madrid: Visor, 1997.

VIGOTSKI, Lev. Semionovitch. **Obras escogidas. Tomo III**. Madri: Visor, 1995.